

1 DATA: 27 de julho de 2006. LOCAL: Auditório do Conselho de Gestão do Patrimônio  
2 Genético, SCEN Lote 02, Ed. Sede do IBAMA, Bloco G, Brasília, DF. HORÁRIO: de  
3 39:00 às 18:00h. PARTICIPANTES: Presidente da mesa: João Paulo Ribeiro  
4 Capobianco, representante titular do Ministério do Meio Ambiente. Representantes:  
5 Ministério da Ciência e Tecnologia, Ione Egler (titular); Ministério da Saúde, Angélica  
6 Rogério de Miranda Pontes (titular); Ministério da Justiça, Vivian Anne Fraga  
7 (suplente); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Márcio Mazzaro  
8 (suplente) e Roberto Lorena de Barros Santos (suplente); Ministério da Defesa,  
9 Marcos Lourenço de Almeida (suplente); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e  
10 Comércio Exterior, Elisa de Ananias Fraga (titular) e José Carlos Cavalcanti de  
11 Araújo Filho (suplente); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos  
12 Naturais Renováveis – IBAMA, Otávio Borges Maia (suplente); Instituto Nacional de  
13 Pesquisas da Amazônia – INPA, Tereza Ávila Pires (suplente); Empresa Brasileira  
14 de Pesquisa Agropecuária, José Manuel Cabral de Sousa Dias (titular) e Simone  
15 Nunes Ferreira (suplente); Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Maria Celeste  
16 Emerick (titular); Fundação Nacional do Índio, Hilda Fajardo (titular); Instituto  
17 Evandro Chagas – IEC, Manoel do Carmo Pereira Soares (titular); Instituto Nacional  
18 de Propriedade Industrial – INPI, Maria Alice Castro Rodrigues (suplente);  
19 Fundação Cultural Palmares – FCP, Maurício Jorge Souza dos Reis (suplente).  
20 Convidados Permanentes: Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica –  
21 FEBRAFARMA, Nelson dos Santos Júnior (suplente); Associação Brasileira de  
22 Organizações Não-Governamentais – ABONG, Fernando Mathias Baptista (titular);  
23 Ministério Público Federal – MPF, Eliana Peres Torelly (titular). Membros da  
24 Secretaria Executiva do Conselho: Eduardo Vélez Martin, Secretário-Executivo,  
25 Cristina Azevedo, Fernanda Altoé Daltro, Diogo Brito, Fernanda Álvares Silva,  
26 Mônica Negrão, Alessandro Garcia Gomes, Carla Lemos, Sonja Mayra Righetti,  
27 Inácio de Loiola Rachid Cançado, Antônio Pamplona, Thomaz Miazaki de Toledo,  
28 Gabriel Cantanhede, Viviane Souza, Camila Oliveira, João Francisco Barros,  
29 Alessandra Silva. Outros participantes: CONJUR/MMA, Gustavo Trindade e Daniela  
30 Goulart; FUNAI, Rita Heloísa de Almeida; CNPq, Elisa Madi; ABIN, Alessandra  
31 Barros; Natura, Viviane Amaral Gurgel, Luciana Martins, Leandro Machado e Andréa  
32 Derani; Patri Consultoria, François Martins e Roney Sereno; Programa  
33 Biodiversidade Brasil-Itália, Adriana Clementino; INBRAPI, Fernanda Kaingang;

34CESUPA, Débora Borges Paiva; SBPC, Rosane Garcia Collevati; INPI, Carlos  
35Rodriguez; FIOCRUZ, Patrícia Seixas da Costa; IBAMA, Marília Marques  
36Guimarães; Instituto de Biociências da USP, Lúcia Lohmann; Sociedade Brasileira  
37de Microbiologia, Rosana Vazoller; Sociedade de Botânica do Brasil, Hilda Longh  
38Wagner; CNI, Elisa Romano. CONVOCAÇÃO: Memorando Circular nº  
39005/2006/CGEN/SBF/MMA, de 13 de julho de 2006; Ofício Circular nº  
40011/2006/CGEN/SBF/MMA, de 13 de julho de 2006; Ofício Circular nº  
41012/2006/CGEN/SBF/MMA, de 13 de julho de 2006. PAUTA: I - Abertura da  
42Reunião; (1) Leitura das inscrições para acompanhar a reunião; II - Instalação dos  
43Trabalhos: (2) Leitura e Aprovação da Pauta da 42ª Reunião Ordinária; (3)  
44Aprovação da Ata da 41ª Reunião Ordinária. III - Ordem do Dia - (4) Apreciação e  
45deliberação sobre proposta de descaracterização de diagnósticos, pesquisas de  
46sistemática e filogenia como acesso a patrimônio genético. Relator: Otávio Maia –  
47IBAMA. (5) Informes e deliberações sobre autorizações já concedidas pelo CGEN. a)  
48Relatórios Anuais: (5.1) Requerente: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária–  
49EMBRAPA – Yawalapity - Processo nº 02000.000500/2004-17 (processo apreciado  
50na 29ª Reunião, objeto da Deliberação 92). Relator: Secretaria-Executiva do CGEN.  
51(5.2) Requerente: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária– EMBRAPA –  
52Kayabi - Processo nº 02000.001952/2004-16 (processo apreciado na 29ª Reunião  
53CGEN, objeto da Deliberação 93). Relator: Secretaria-Executiva do CGEN. (5.3)  
54Requerente: Extracta - Processo nº 02000.001807/2002-65 (processo apreciado na  
5523ª Reunião CGEN, objeto da Deliberação 62). Relator: Secretaria-Executiva do  
56CGEN. (6) Apreciação e deliberação sobre propostas de normatização da MP  
572.186-16/2001. a) Acesso a conhecimentos tradicionais associados e repartição de  
58benefícios: (6.1) Apresentação e deliberação sobre texto para Consulta Pública.  
59Relator: Secretaria-Executiva do CGEN. (6.2) Apresentação e deliberação sobre  
60pareceres jurídicos relacionados à oportunidade do tema ser regulado por  
61Orientações Técnicas e Resoluções. Relator: Secretaria-Executiva do CGEN. b)  
62Acesso e Propriedade Intelectual: (6.3) Apresentação de estudos sobre propriedade  
63intelectual e biodiversidade. (6.3.1) Instituto Socioambiental. (6.4) Apresentação de  
64minuta de deliberação que cria Grupo de Trabalho para regulamentar o Art. 31 da  
65MP 2.186-16/01. Relator: Secretaria-Executiva do CGEN. (7) Apreciação e  
66deliberação sobre procedimentos relativos às autorizações de acesso e de remessa

67de amostra de componente do patrimônio genético e de acesso ao conhecimento  
68tradicional associado para fins de pesquisa científica. Relator: Secretaria-Executiva  
69do CGEN. IV – Assuntos de Ordem Geral: (8) Informes gerais. (9) Palavra aberta  
70aos Conselheiros. (10) Encerramento. **INFORMES, DISCUSSÕES E**  
71**DELIBERAÇÕES:** Em função do atraso do Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco, o Sr.  
72Eduardo Vélez, na condição de presidente do Conselho, deu início à reunião,  
73fazendo a leitura dos ouvintes inscritos. O Sr. Presidente colocou a pauta da 42ª  
74Reunião em discussão. A Conselheira Maria Alice Rodrigues, do INPI, pediu  
75inversão de pauta, sugerindo que o item 6.4 fosse discutido primeiro, no entanto, a  
76Conselheira Teresa Ávila, do INPA, lembrou a presença de ouvintes das sociedades  
77científicas que compareceram à reunião especialmente para participarem das  
78discussões do item 4, posição reforçada pela Sra. Rosana Colevatti, representante  
79da SBPC. O Conselheiro Roberto Lorena pediu que o item 6.2 fosse discutido antes  
80do item 6.1. Por fim, o Sr. Secretário-Executivo propôs que se mantivesse o item 4 e,  
81após sua discussão, fosse apreciado o item 6, letra b, seguidos dos itens 6.2 e 6.1.  
82Em seguida, foi colocada para apreciação, a ata da 41ª Reunião. Votaram pela  
83aprovação da mesma com as alterações sugeridas, os seguintes Conselheiros:  
84Roberto Lorena, José Manuel Cabral, Maria Celeste Emerick, Angélica Pontes,  
85Marcos Almeida, Vivian Fraga, Eduardo Vélez, Otávio Maia, Hilda Fajardo, Elisa  
86Fraga, Maria Alice Rodrigues, Teresa Ávila. Abstiveram-se os Conselheiros Manoel  
87Soares e Maurício Reis. Não houve votos contrários. Passando à ordem do dia, o Sr.  
88Eduardo Vélez passou a palavra ao Conselheiro Otávio Maia, do Ibama, para  
89apresentação da proposta de descaracterização de diagnósticos, pesquisas de  
90sistemática e filogenia como acesso ao patrimônio genético. O Sr. Eduardo Vélez  
91informou ter recebido manifestações favoráveis à proposta da Sociedade Brasileira  
92de Ornitologia e da Sociedade Brasileira de Zoologia. A representante da SBPC  
93manifestou o apoio da entidade, afirmando que a proposta vem de encontro ao  
94anseio da comunidade acadêmica. O Conselheiro Marcos Almeida, do Ministério da  
95Defesa, demonstrou preocupação em relação à aplicação da proposta sobre  
96pesquisas científicas realizadas no mar, sugerindo que houvesse menção quanto à  
97“pesquisas científicas realizadas no território nacional”. A representante da SBPC  
98informou ao Conselheiro que não existe diferença no tipo de informação gerada a  
99partir de biota terrestre ou marinha. O Sr. João Paulo Capobianco, assumindo a

100 Presidência da Mesa, manifestou seu entusiasmo com a proposta do Ibama que  
101 vem para facilitar a pesquisa científica e propôs que o texto fosse aprovado em seu  
102 mérito, atendidas as ressalvas levantadas pelos Conselheiros, e então encaminhado  
103 para ajustes de forma na CONJUR/MMA. Caso haja alterações substanciais  
104 necessárias, o texto retornaria na próxima reunião do CGEN, caso contrário, seguiria  
105 para publicação no Diário Oficial da União. O Conselheiro José Manuel Cabral  
106 registrou o apoio da Embrapa à proposta do Ibama, bem como o fez o Sr. Fernando  
107 Mathias, em nome da ABONG. A Conselheira Teresa Ávila apoiou o  
108 encaminhamento da Mesa em aprovar-se no mérito. Votaram favoravelmente ao  
109 encaminhamento de aprovação no mérito, os seguintes Conselheiros: Roberto  
110 Lorena, José Manuel Cabral, Maria Celeste Emerick, Angélica Pontes, Vivian Fraga,  
111 João Paulo Capobianco, Otávio Maia, Manoel Soares, Hilda Fajardo, Maurício Reis,  
112 Elisa Fraga, Maria Alice Rodrigues e Teresa Ávila. Abstenção do Conselheiro  
113 Marcos Almeida. Não houve votos contrários. Alguns Conselheiros manifestaram-se  
114 desconfortáveis com o envio para publicação após a revisão da CONJUR/MMA sem  
115 uma avaliação final, ao que propôs o Sr. Presidente que se encaminhasse o texto  
116 final a todos os Conselheiros para manifestações em caso de omissão da  
117 Consultoria Jurídica. Dando seqüência à pauta, o Sr. Fernando Mathias,  
118 representante da ABONG, apresentou estudo realizado por ele e pelo Sr. Henry de  
119 Novion acerca das patentes pedidas junto ao INPI envolvendo uso de recursos  
120 genéticos e conhecimentos tradicionais brasileiros. A Conselheira Maria Alice  
121 Rodrigues, em vista do apresentado, esclareceu que o INPI não vem decidindo  
122 acerca de pedidos de patentes feitos a partir do ano 2000 em função das discussões  
123 sobre a legislação que irá reger sua apreciação. Além disso, a Conselheira expôs a  
124 necessidade de que o CGEN determine a forma como o INPI irá exigir a  
125 comprovação do cumprimento das exigências da MP 2.186-16 por parte dos  
126 depositantes de pedidos de patentes, e circulou entre os presentes o texto proposto  
127 pelo Instituto para a Resolução que regulamentaria tal situação. O Sr. Presidente  
128 sugeriu que esta proposta fizesse parte da pauta do Grupo de Trabalho (GT) e que  
129 este trouxesse seu parecer na próxima reunião do CGEN. Passou-se a discutir o  
130 texto da deliberação que criaria o GT que discutirá as formas de regulamentação do  
131 artigo 31 da MP 2.186-16. Como houve diversas propostas de texto, o Plenário  
132 votou ponto a ponto, sendo a primeira questão a referente ao parágrafo introdutório

133da deliberação. **Votaram favoravelmente à primeira proposta (como vamos registrar**  
134**essas votações?)**, os seguintes Conselheiros: Márcio Mazzaro, Angélica Pontes,  
135Marcos Almeida, José Manuel Cabral, Maria Celeste Emerick, Vivian Fraga, João  
136Paulo Capobianco, Otávio Maia, Manoel Soares, Hilda Fajardo, Maurício Reis, Elisa  
137Fraga e Ione Egler. Abstenção da Conselheira Teresa Ávila. Não houve votos  
138contrários. Em relação ao escopo, aprovou-se o texto proposto pelo MDIC, retirada a  
139expressão “por parte do interessado”, com os votos favoráveis dos seguintes  
140Conselheiros: Márcio Mazzaro, Angélica Pontes, Marcos Almeida, José Manuel  
141Cabral, Maria Celeste Emerick, Vivian Fraga, João Paulo Capobianco, Otávio Maia,  
142Manoel Soares, Hilda Fajardo, Maurício Reis, Elisa Fraga, Ione Egler e Teresa Ávila.  
143Não houve votos contrários ou abstenções. Quanto à duração do Grupo, aprovou-se  
144a proposta do Ministério da Saúde, com os votos favoráveis dos Conselheiros:  
145Márcio Mazzaro, José Manuel Cabral, Maria Celeste Emerick, Angélica Pontes,  
146Marcos Almeida, Vivian Fraga, João Paulo Capobianco, Otávio Maia, Manoel  
147Soares, Hilda Fajardo, Maurício Reis, Elisa Fraga, Ione Egler e Teresa Ávila. Não  
148houve votos contrários ou abstenções. O quarto ponto, afim à composição do Grupo,  
149gerou debates, mas, ao final, decidiu-se pela indicação de representantes pelos  
150órgãos federais membros do Conselho e instituições convidadas – estas, constando  
151nominalmente do corpo da deliberação. **Votaram a favor deste encaminhamento, os**  
152**Conselheiros: Roberto Lorena, Maria Celeste Emerick, Angélica Pontes, Marcos**  
153**Almeida, Vivian Fraga, João Paulo Capobianco, Otávio Maia, Manoel Soares, Hilda**  
154**Fajardo, Maurício Reis, Ione Egler e Teresa Ávila. Abstiveram-se as Conselheiras**  
155**Simone Ferreira e Elisa Fraga. Não houve votos contrários. Em relação à**  
156**coordenação do GT, votaram a favor da eleição do coordenador pelo Plenário do**  
157**CGEN, os Conselheiros Roberto Lorena, Simone Ferreira, Vivian Fraga e Elisa Fraga.**  
158**A favor da eleição do coordenador pelo próprio grupo, votaram os Conselheiros**  
159**Maria Celeste Emerick, Angélica Pontes, Marcos Almeida, João Paulo Capobianco,**  
160**Otávio Maia, Manoel Soares, Hilda Fajardo, Maurício Reis e Teresa Ávila, sendo**  
161**esta a proposta vitoriosa. O cronograma de atividades e a instalação dos trabalhos**  
162**foi o ponto seguinte, tendo o Plenário decidido que o próprio GT definirá sua agenda.**  
163**Votaram favoravelmente a esta proposta, os Conselheiros Roberto Lorena, Simone**  
164**Ferreira, Maria Celeste Emerick, Angélica Pontes, Marcos Almeida, Vivian Fraga,**  
165**João Paulo Capobianco, Otávio Maia, Manoel Soares, Hilda Fajardo, Maurício Reis,**

166Elisa Fraga, Ione Egler e Teresa Ávila. O último ponto, referente à cláusulas  
167adicionais sugeridas, definiu-se que a Secretaria-Executiva será responsável pelo  
168apoio administrativo do Grupo de Trabalho e que as reuniões serão públicas nos  
169termos do regimento do CGEN, tendo votado favoravelmente a estes dois pontos, os  
170seguintes Conselheiros: Roberto Lorena, Simone Ferreira, Angélica Pontes, Marcos  
171Almeida, Vivian Fraga, João Paulo Capobianco, Otávio Maia, Manoel Soares, Hilda  
172Fajardo, Maurício Reis, Elisa Fraga, Ione Egler e Teresa Ávila. Não houve votos  
173contrários ou abstenções. Após o intervalo para o almoço, o Sr. Presidente abriu os  
174trabalhos com o **item 5.1**, informe sobre o relatório anual da Embrapa acerca de seu  
175processo referente ao projeto de etnobiologia, agricultura e segurança alimentar em  
176comunidades indígenas. O relatório não permitiu identificar se houve ou não acesso  
177ao conhecimento tradicional associado, de vez que não foram enviados os dados  
178coletados no trabalho de campo. O Secretário-Executivo sugeriu que a empresa  
179fosse oficiada para que no prazo de trinta dias complemente as informações que  
180faltaram. O Conselheiro Roberto Lorena manifestou sua opinião de que tais  
181questões não deveriam ser levadas ao Plenário, mas realizada pela Secretaria-  
182Executiva de forma automática, opinião corroborada pelo Conselheiro Otávio Maia.  
183Tendo esta proposta apoio dos demais Conselheiros e do Presidente da Mesa,  
184passará a Secretaria-Executiva a atuar dessa maneira em situações futuras. A  
185Conselheira Simone Ferreira, de vez que a EMBRAPA não concorda com o  
186requisitado pela Secretaria-Executiva em relação ao processo em tela, sugeriu que a  
187questão dos requisitos exigidos nos relatórios fosse rediscutida na Câmara Temática  
188de Procedimentos Administrativos, ao que foi apoiada pelos Conselheiros do MAPA  
189e do MDIC, tendo a Mesa acatado a sugestão. Com estas definições, os pontos  
190seguintes foram retirados de pauta, de vez que seriam tratados diretamente pela  
191Secretaria-Executiva. O Conselheiro Marcos Almeida requisitou, no entanto, que as  
192notas informativas acerca dos processos continuassem a ser enviadas aos  
193Conselheiros, de modo que estes possam acompanhar a tramitação dos processos.  
194A Sra. Cristina Azevedo, Coordenadora Técnica da Secretaria-Executiva, esclareceu  
195que a situação dos processos consta do *site* do CGEN, sendo atualizadas  
196semanalmente, permitindo um acompanhamento direto dos Conselheiros. O Sr.  
197Presidente colocou em votação o encaminhamento de que a Câmara Temática de  
198Procedimentos Administrativos elabore uma proposta de requisitos e conteúdo dos

199relatórios anuais das autorizações emitidas pelo CGEN, ao que votaram  
200favoravelmente os Conselheiros Roberto Lorena, Simone Ferreira, Maria Celeste  
201Emerick, Angélica Pontes, Marcos Almeida, João Paulo Capobianco, Otávio Maia,  
202Manoel Soares, Hilda Fajardo, Elisa Fraga e Ione Egler. Absteve-se a Conselheira  
203Teresa Ávila. Não houve votos contrários. Dando continuidade à pauta, retomou-se  
204o **item 6.1**, referente aos pareceres encaminhados por MAPA e MCT acerca da  
205legalidade dos instrumentos normativos utilizados pelo Conselho e à proposta de  
206texto para Consulta Pública. A Secretaria-Executiva circulou o parecer da CONJUR/  
207MMA sobre a primeira questão, contrapondo-se à posição dos citados Ministérios,  
208garantindo a legalidade do uso de tais instrumentos. Em vista dos pareceres e  
209quanto ao texto proposto, o Sr. Presidente manifestou a importância da  
210regulamentação do tema que tratará a Consulta Pública, incitando os Conselheiros a  
211elaborarem juntos e com urgência um novo texto, separando os dois assuntos  
212tratados – acesso às fontes secundárias e uso indireto dos conhecimentos  
213tradicionais associados. O Conselheiro Roberto Lorena questionou se é opcional ao  
214Conselho não enviar para a AGU uma questão de dissenso entre as Consultorias  
215Jurídicas dos Ministérios do Meio Ambiente, Agricultura e Ciência e Tecnologia, ao  
216que respondeu o Consultor Jurídico do MMA, Sr. Gustavo Trindade, que melhor  
217seria escrever de fato a norma para depois consultar-se a AGU sobre caso  
218específico, e não abstrato, como se colocava no momento. O Conselheiro do MAPA  
219informou então que sua Consultoria Jurídica já encaminhou a questão à AGU, à  
220revelia da CONJUR/MMA. O Sr. João Paulo Capobianco instou o Conselheiro a  
221manter-se na discussão sobre a melhor forma de elaborar a legislação sobre os  
222temas tratados, de extrema importância e urgência. A Conselheira Ione Egler, no  
223entanto, demonstrou preocupação com o teor dos pareceres e o antagonismo que  
224se subleva da discussão. Quanto ao tema da consulta pública, a Conselheira sugere  
225que se encaminhe a especialistas. O Conselheiro Roberto Lorena propôs que o  
226assunto fosse reencaminhado à Câmara Temática, em reunião conjunta das  
227Câmaras de Procedimentos Administrativos e de Conhecimentos Tradicionais  
228Associados. O Sr. Presidente contemporizou que este tema já tramitou nas Câmaras  
229por anos e que este fórum esgotou-se. Propôs, então, que o texto apresentado pela  
230Secretaria-Executiva fosse avaliado e discutido na próxima reunião do Conselho –  
231texto esse que não sugere o instrumento legal que resultará a consulta pública,

232respeitando o dissenso e aguardando a resposta da AGU acerca da questão. O  
233Conselheiro Roberto Lorena manifestou apoio à proposta. Dessa forma, este  
234encaminhamento foi posto em votação, tendo recebido votos favoráveis dos  
235seguintes Conselheiros: Roberto Lorena, Simone Ferreira, Maria Celeste Emerick,  
236Angélica Pontes, Marcos Almeida, João Paulo Capobianco, Otávio Maia, Manoel  
237Soares, Hilda Fajardo, Maurício Reis, Elisa Fraga, Ione Egler e Teresa Ávila. Não  
238houve votos contrários ou abstenções. Em seguida, foi apreciado o **item 7**, referente  
239à procedimentos relativos às autorizações de acesso e remessa de amostras de  
240componentes do patrimônio genético ao conhecimento tradicional associado para  
241fins de pesquisa científica. O Sr. Secretário-Executivo apresentou o texto de duas  
242deliberações trazendo procedimentos levantados em reuniões das Câmaras  
243Temáticas e também na última reunião do CGEN, afim à inclusão de novos  
244membros nas equipes autorizadas pelo Conselho. Este texto, no entanto, carecia de  
245alguns aperfeiçoamentos apontados pelo Ibama, sendo então retirado de pauta com  
246a promessa de distribuição entre os Conselheiros para avaliação e inclusão na  
247ordem do dia da próxima reunião. O Sr. João Paulo Capobianco passou a  
248Presidência da Mesa ao Sr. Eduardo Vélez e retirou-se da reunião. Ainda sobre o  
249texto proposto, a Conselheira Ione Egler propôs que o Conselho o enviasse para a  
250Câmara Temática de Procedimentos Administrativos (CTPRO) em conjunto com a  
251de Repartição de Benefícios (CTRB), para que fosse melhor analisado e construído  
252texto substitutivo. A proposta foi acatada pela Mesa, que sugeriu que apenas a  
253CTPRO fosse convocada para a questão. O Conselheiro Otávio Maia questionou se  
254o Ibama, como instituição credenciada do CGEN, deveria seguir e fazer cumprir as  
255deliberações do Conselho, tal como suas resoluções, ao que foi respondido pelo Sr.  
256Secretário-Executivo que sim, o Ibama deve seguir todos os atos complementares  
257que viabilizem a legislação de acesso ao patrimônio genético brasileiro. Em vista  
258disso, o Conselheiro pediu urgência na discussão deste texto em particular pela  
259CTPRO. Entrando nos assuntos de ordem geral, o Sr. Fernando Mathias,  
260representante da ABONG, consultou ao Conselho quanto à sua posição acerca da  
261Estratégia Nacional de Biotecnologia, proposta pelos Ministérios da Saúde, Ciência  
262e Tecnologia, MAPA e MDIC, da qual não consta qualquer citação envolvendo o  
263CGEN. A Conselheira do MS informou ser o documento iniciativa do MDIC. A  
264Conselheira Elisa Fraga prontificou-se a trazer o documento para o avaliação do

265CGEN. De qualquer maneira, de vez que o Conselho não discutiu o assunto, o Sr.  
266Presidente sugeriu que o documento fosse analisado e então se decidisse se cabia  
267sua apreciação na próxima reunião. A Conselheira Maria Celeste Emerick  
268manifestou sua preocupação com a não participação do MMA nas discussões que  
269resultaram no documento da Estratégia Nacional, e pediu informações sobre a  
270situação do Anteprojeto de Lei (APL) de Acesso. O Conselheiro Roberto Lorena  
271informou que o APL está em discussão no âmbito da Casa Civil no momento, mas  
272que o MAPA está preparando uma proposta alternativa em função do dissenso entre  
273aquele Ministério e a proposta saída do CGEN em relação à questão dos cultivares.  
274Outras informações da Conselheira do MCT e do Sr. Eduardo Vélez se somaram a  
275essas. Com isso, o Sr. Eduardo Vélez, na condição de Presidente, agradeceu a  
276presença de todos e deu por encerrados os trabalhos. Eu, Fernanda Altoé Daltro,  
277por solicitação do Presidente da Mesa, lavrei a presente ata.

278

279

280

Brasília, 27 de julho de 2006.

281

282

283

284 João Paulo Ribeiro Capobianco

Eduardo Vélez

285 Presidente

Secretário-Executivo

286